

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Juliana Furlani de Souza

Suely Lucena Canha

A construção do imaginário coletivo pelo discurso midiático na década de 1970: um estudo de caso da obra “Não verás país nenhum” de Ignácio de Loyola Brandão.

São Paulo

2016

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

Juliana Furlani de Souza

Suely Lucena Canha

A construção do imaginário coletivo pelo discurso midiático na década de 1970: um estudo de caso da obra “Não verás país nenhum” de Ignácio de Loyola Brandão.

Trabalho temático apresentado para as disciplinas do 1º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

São Paulo

2016

Juliana Furlani de Souza

Suely Lucena Canha

A construção do imaginário coletivo pelo discurso midiático na década de 1970: um estudo de caso da obra “Não verás país nenhum” de Ignácio de Loyola Brandão.

Trabalho temático apresentado para as disciplinas do 1º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carla Regina Mota Dieguez

Profa. Me. Daniele Cristina Gonçalves Brene Pires

Profa. Evanda Verri Paulino

Prof. Henrique Mariano Coimbra Ferreira

Prof. Dr. Ivan Russef

Prof. Me. José Mário de Oliveira Mendes

Prof. Maria Rosa Crespo

Aprovado em __/__/__

RESUMO

Apresenta a obra *Não verás país nenhum* sob o viés da construção do imaginário coletivo pela mídia e as semelhanças da ficção com o período de ditadura militar. A partir da comparação entre trechos do livro e notícias de veículos de comunicação, busca-se demonstrar a eficácia do mito do Brasil potência propagado pelo discurso midiático na estruturação do senso comum, tanto na obra como na realidade. Verifica-se que, tanto no governo militar, quanto no período comandado pelo Esquema na obra de Brandão, são construídos símbolos para legitimar governos e congregar a população em torno de objetivos em comum.

Palavras-chave: Transamazônica. Não verás país nenhum. Mídia. Imaginário coletivo.

ABSTRACT

Introduces the literary work *Não verás país nenhum* through the media construction of the common sense and its resemblance with the military dictatorship. Building a parallel between passages of the book and news of means of communication, it tries to demonstrate the myth efficacy of Brazil as a potency which was widespread by Brazilian mass media in the development of collective thought, not only in the work but also in the reality. It is noticeable that in the military government and in the period ruled by the Esquema in Brandão's book, symbols are built to legitimate governs and gather the population around common objectives.

Key-words: Transamazônica. Não verás país nenhum. Media. Common sense

LISTA DE ABREVIATURAS

SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
PIN	Programa de Integração Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	TRANSAMAZÔNICA E O DESTINO MANIFESTO.....	9
3	ATUAÇÃO DO DISCURSO MUDIÁTICO NO IMAGINÁRIO COLETIVO	12
3.1	A CONSTRUÇÃO DE ÍCONES PELA MÍDIA: VIDA E FICÇÃO	15
4	CONCLUSÃO	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objeto o livro *Não verás país nenhum* de Ignácio de Loyola Brandão¹ e tem como intuito discutir um mecanismo eficaz na construção de imaginários coletivos: o discurso da grande mídia.

Uma primeira leitura da obra coloca em evidência um país imerso em uma catástrofe ambiental. O desmatamento da Amazônia, a inexistência de vegetação, os altos índices de temperatura, os “bolsões de calor” e a falta de água saltam aos olhos do leitor mas não excluem a tragédia social em torno da qual a história se passa. A ficção acontece na cidade de São Paulo em meio a um cenário distópico e marcado pelo elemento fantástico. A vida de seus habitantes é demarcada pelo cerceamento de liberdades, pela violência institucionalizada e pelo poder centralizado por uma ditadura civil-militar.

Apesar de não haver uma determinação de seu contexto histórico, a obra foi escrita na década de 80 durante a transição democrática no Brasil. Este fato coincide então com os “Abertos Oitenta” ao qual o autor se dirige sempre no passado. Sendo assim, a história de Souza, personagem principal da obra, se passa em um período posterior à abertura política brasileira, apresentando as consequências dos problemas contemporâneos à escrita do livro.

Uma das principais características da obra é a centralização do poder e da informação nas mãos de uma elite. O discurso da mídia é ditado pelos interesses do governo e tem como objetivo legitimar sua atuação, estabelecer o controle da população e afirmar o progresso do Brasil no cenário mundial. Sendo assim, buscou-se analisar a retórica da mídia na construção do imaginário de grandiosidade e identidade nacional. Para isso, focou-se na comparação do discurso da mídia sobre o desmatamento, no livro, com a repercussão nos veículos de comunicação da construção da Transamazônica finalizada em 1974.

¹ Ignácio de Loyola Brandão nasceu na cidade de Araraquara em julho de 1936. Aos vinte anos mudou-se para São Paulo, onde começou a trabalhar como jornalista no jornal *A última hora*. Trabalhou como editor das revistas *Cláudia*, *Realidade*, entre outras. É autor de mais de trinta livros, dentre os quais *Não verás país nenhum* que teve sua primeira edição em 1981.

2 TRANSAMAZÔNICA E O DESTINO MANIFESTO

Em 1970 o Brasil já havia passado por seis anos de governo militar. Instaurado em 1964 sob o pretexto de defender a segurança nacional e impedir o avanço comunista no país, partidos tradicionais foram abolidos, políticos e civis foram perseguidos e liberdades foram cerceadas, instaurando um verdadeiro regime de terror. Nestes anos foram instituídas grandes mudanças no cenário político que se refletiram diretamente na sociedade. Passaram pelo governo dois presidentes e uma junta militar que, juntos, estabeleceram eleições indiretas para presidente, o bipartidarismo, uma nova Constituição e o Ato Institucional mais repressor, o AI-5, que cassou mandatos, cancelou o habeas-corpus e suspendeu direitos políticos (CHIAVENATO, 1994).

Em 1969 sobe ao poder Emílio Garrastazu Médici que inaugurou o período conhecido como os “anos de chumbo”, fase considerada a de maior repressão e censura da ditadura militar. O governo Médici é marcado também como o auge da ação dos instrumentos de censura.

No Brasil, a indústria de comunicação de massa se consolidou em meados do século XX e tem promovido, desde então, um intercâmbio entre conteúdos simbólicos e seus “consumidores”. O Estado militar percebeu a importância da mídia na representação simbólica do governo e de sua visibilidade na sociedade e criou condições de infraestrutura para a consolidação da mídia nacional. Dessa forma, o governo militar inaugurou uma nova modalidade de propaganda política “[...] que se amparava nos modernos recursos dos meios de comunicação de massa e que absorvia e recriava padrões de comportamento, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como conformadores da sociedade” (FICO, 1997 apud MENEZES, 2007, p. 17).

Os veículos de comunicação eram usados de maneira massiva para divulgar uma imagem positiva do governo e a repressão à imprensa foi acentuada. Enquanto jornais, como *O Pasquim*, eram perseguidos, emissoras de televisão, como a *Rede Globo*, recebiam seu licenciamento para exibição. Por atingir um maior número de pessoas, a televisão foi escolhida como o meio de comunicação para divulgar as ideias do governo e das classes dominantes (CHIAVENATO, 1994), recebendo grandes quantias de verbas públicas.

Neste sentido, insere-se o anúncio da Transamazônica pelos veículos de comunicação de massa. A colonização da Amazônia seria um marco para a história do país, na medida em que promoveria sua incorporação à economia nacional. A questão da Amazônia ganhou papel central na geopolítica brasileira daquele período principalmente sob o viés da segurança nacional que, ao propor a ocupação da área, acreditava impedir a penetração de inimigos da nação e o controle efetivo da vasta área e das fronteiras do país. Sendo assim, podemos considerar que a construção da Transamazônica “representa uma obra síntese dos pressupostos do regime [...]: integração nacional, a segurança nacional e o desenvolvimento nacional” (MENEZES, 2007, p. 64,). Sua construção foi imbuída de grande poder simbólico pelo regime ao ser associada à capacidade do brasileiro de derrubar barreiras para tornar-se uma potência, imagem respaldada pela imprensa não oficial. A Transamazônica anunciava, portanto, o futuro e o progresso do Brasil.

Sua construção foi anunciada em junho de 1970 como parte do Programa de Integração Nacional (PIN). Sua edificação buscava uma forma de enfrentar problemas sociais ocasionados pela seca no Nordeste e integrar o território nacional por meio da colonização do vazio demográfico que ocorria na Amazônia. A abertura da floresta estaria relacionada com uma espécie de “destino manifesto” que, após sua conquista, permitiria ascender o Brasil à categoria de potência. O custo inicial de U\$ 2 bilhões só foi possível com o corte de orçamento da Sudam e Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste). A construção de mais de 4 mil quilômetros de estrada que atravessa sete estados, se integrava ao projeto desenvolvimentista do governo militar que, com a “[...] interligação de leste para oeste do Brasil, ligando o nordeste às cidades amazônicas isoladas, resolveria os empecilhos da Amazônia, ficando evidente o interesse político sobre o território, constituindo-se numa visão geopolítica do Estado brasileiro” (OLIVEIRA NETO, 2013, p. 282). Esta conexão tinha o intuito de levar a “civilização” para as cidades da Amazônia, sem levar em conta, porém, os interesses da população local que foi constantemente reprimida. Sua construção inaugurou a exploração irracional da área, inclusive de uma das regiões mais ricas em ouro no mundo, a Serra dos Carajás.

Desde seu início, o governo Médici foi marcado por um euforismo desenvolvimentista, explicitado pelo seu Plano de Metas, o qual pretendia assegurar a estabilidade econômica e social a fim de garantir a visibilidade mundial do Brasil como potência. Ficava claro que a legitimidade de seu governo só seria sustentada com o êxito financeiro. Surgiu, então, nesse momento, o termo “milagre econômico”, construção discursiva e estratégia política. Essa retórica silenciava conflitos e mascarava contradições internas do país, alterando a percepção da realidade. O milagre econômico projetava o êxito do Brasil e garantia a aceitação populacional do governo ao embê-lo de carga simbólica.

Os meios de comunicação também foram usados para difundir o “milagre econômico”, conquistado com empréstimos estrangeiros e repressão aos setores mais pobres da população. O investimento em infraestrutura foi marcado pela construção de obras públicas faraônicas, coroadas com a Rodovia Transamazônica no cenário econômico, enquanto a produção industrial foi estimulada e empresas multinacionais recebiam isenções fiscais para se instalarem no Brasil. À medida que o salário da classe trabalhadora era achatado, uma pequena parcela da população concentrava grande parte da renda. A especulação financeira e o acesso a altos salários por uma pequena parte da classe média, à custa da redução dos salários das classes mais pobres, impulsionou o consumismo e possibilitou o fenômeno que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Sendo assim, para permitir a continuidade deste milagre, era necessário aumentar o controle sobre a população mais pobre e sobre muitos grupos sindicais.

Bronislaw Baczko (1985 apud MENEZES, 2007, p. 73) categoriza o imaginário coletivo como o orientador da ação do indivíduo na sociedade. É um “[...] produto coletivo, produzido a partir das experiências cotidianas dos sujeitos ao longo das décadas [...]” (MENEZES, 2007, p. 73). O simbolismo das narrativas do Estado militar enraizaram-se o imaginário e difundiram a ideia do destino manifesto brasileiro que se concretizaria por meio de grandes obras do governo. As expectativas despertadas pelo governo Médici do “Brasil grande” e “Brasil potência” foram materializadas em diferentes obras públicas do período, sendo a Rodovia Transamazônica uma das de maiores dimensões, afinal, estamos falando da floresta com maior dimensão territorial, e portanto, garantindo grande evidência

mundial e conquistando de vez o imaginário coletivo. Sendo assim, “a construção da estrada, portanto, não se restringe àqueles que in loco realizavam os trabalhos. Como manifestação do ‘Brasil grande’, o regime instrumentaliza a Transamazônica convertendo-a em canteiro de obras imaginário” (MENEZES, 2007, p. 95).

3 ATUAÇÃO DO DISCURSO MIDIÁTICO NO IMAGINÁRIO COLETIVO

Analisando os aspectos da obra *Não verás país nenhum* relacionados aos mecanismos de manipulação da informação e os resultados sociais oriundos desse processo, foram estabelecidos paralelos com eventos de relevância histórica ocorridos durante o período militar no Brasil. Mesmo tendo sido lançado em 1981, já em um período de reabertura política, tal análise surgiu do teor implícito na obra sob o reflexo da conjuntura histórica que a permeia, ou seja, o período de ditadura militar no Brasil (1964-1979).

Ampliando a análise, podemos considerar que o surgimento de sistemas totalitários, na forma do nazismo e do comunismo, suprimiram por completo a liberdade humana, impossibilitando a resistência “por meio do terror e do domínio da ideologia” (ARENDDT, 1951 apud VIEIRA, 2010, p. 3). No enlace estabelecido com o contexto histórico observa-se grande predominância da tentativa de construir e consolidar determinadas lembranças sociais através dos meios de comunicação.

Ainda assim, os resultados dos discursos midiáticos por meio de mecanismos de manipulação podem ser entendidos sob dois aspectos: o primeiro, com a intenção de suprimir e distorcer as memórias coletivas a fim de legitimar o contexto atual, e o segundo, de construção de uma nova realidade social que vá ao encontro do discurso político vigente, como explica BRESCIANI (2004, p.13):

[...] se auto autorizava a salvar a pátria; os meios usados para calar vozes discordantes expressavam o pavor pânico da voz do outro; a violência das armas, da tortura e da censura pretendeu emudecer os que discordavam da palavra única ou das ações cometidas em seu nome.

Os resultados desses processos representaram uma nova forma de moldar a percepção coletiva do meio, como o que ocorre com a manipulação de grandes

massas em regimes ditatoriais, ainda que reconheçamos a literatura como um ato de resistência e contestação como o que ocorre em *Não verás país nenhum*, não podemos discordar em muitos aspectos dos êxitos obtidos por esse sistema. Associando, então, alguns aspectos da narrativa a eventos de grande significação do período em questão, incitamos a reflexão acerca da atuação das mídias na difusão e criação de um imaginário coletivo numa determinada sociedade, recorrendo também a acontecimentos históricos a fim de estabelecer entrelaçados factuais entre história e literatura.

A subjetividade do personagem principal, Souza, professor de história compulsoriamente afastado de seu cargo, reflete um paradigma entre resignação do indivíduo perante a alienação condicionada “do todo” pelo ideal de progresso por meio de uma realidade distorcida imposta pelo governo, difundida massivamente através de propaganda política. No trecho a seguir podemos observar a resignação de Souza em diálogo com seu amigo e o sentimento de impotência diante de acontecimentos que fogem às suas escolhas (BRANDÃO, 1981, p. 108): “- Nada. Fui demitido. - Por quê? - Sei tanto quanto você. - Estão demitindo baseados nos decretos secretos. - Nunca ouvi falar. - São secretos. Produtos do Ministério de Planejamento. Demissões em massa [...]”.

Ainda que pareça inusitado, a percepção da obra sobre uma perspectiva histórica nos permite uma análise de entrelaçados factuais em vários acontecimentos e situação narrados. A busca pela sua própria memória, assim como a memória nacional, marca sua trajetória no romance. Neste ínterim, observam-se os grandes meios de comunicação como ferramenta de controle social e supressão da memória por um regime opressor, no qual ocorre a indagação de Souza ao observar a cidade de São Paulo e suas transformações, a perseguição à cientistas, a extinção de documentos, a destruição em massa de jornais e a criação de grupos de repressão pelo Estado responsável pelo controle da população, mas totalmente destituído de memória, denominados “Militecnos” e os “Civiltares”, ambos exercendo acirrada vigilância sobre a população ocasionando, conseqüentemente, a “memória perdida” em escala nacional.

Outro momento de analogias entre a obra e fatos históricos: “Duas coisas eram pior que o câncer para a Alta Hierarquia do Novo Exército: os espíritos negativistas e os comunistas. Eram caçados e isolados” (BRANDÃO, 1981, p. 58).

Neste momento da obra podemos identificar o recrudescimento do regime totalitário sob a alegação do perigo comunista que assombrava o país e que, segundo os militares, seria um dos fatores de legitimação da instauração do regime militar. Neste contexto também contamos com vários lemas de exaltação do país e das realizações do governo, pois a ditadura visava garantir sua legitimação, articulando uma imagem positiva do país com certas ideias sendo exaustivamente transmitidas para a população.

Além também do imaginário construído a partir de preceitos ideológicos e doutrinários da doutrina de segurança nacional fortemente divulgada entre as forças armadas, onde se reforçavam as ideias progressistas de que o Brasil era um país do futuro, resultando dessa forma num cenário político social e economicamente favorável, como apontado na narrativa por Brandão (1991, p.20) “a televisão está vigiada [...]. Ainda que não estivesse, a ela nada interessa. Os noticiários são inócuos. Novelas, inaugurações, planos do governo, promessas de ministros”.

Dentre os mais proeminentes mecanismos de censura institucionalizada, temos órgão Serviço de Censura e Divisão Pública e a Política Nacional de Cultura do Governo Ernesto Geisel. Estes mecanismos tinham como alvo principal indivíduos com potencial para construir e ou disseminar material ideológico e atividade intelectual, tais como artistas, jornalistas, sociólogos e historiadores, inclusive no meio acadêmico e escolas de ensino regular.

Ainda neste sentido, analisemos outro trecho proferido pelo protagonista:

Vou olhando a sarjeta e latas de lixo. Quem sabe encontro um jornal usado. Ou um pedaço, folha rasgada. Não importa. Sinto necessidade de ler notícia. Ler de verdade. Estou cansado de ouvi-las pela televisão, na Rádio Geral. Sempre encontro um, atirado por aí. Às vezes sujo, emporcalhado. Durante alguns anos, como professor, fui autorizado a receber um jornal semanal. Havia pouco para ler. Pouco que interessasse. As más notícias estavam proibidas para não alarmar o povo. Os governantes da Era da Grande Locupletação é que destilaram este conceito de más notícias.

Foi um trabalho gradual de preparação. Filmes na televisão e nos cinemas, outdoors com propaganda. Repetição exaustiva até convencer a todos que as más notícias prejudicavam a tranquilidade, traziam inquietação, provocam stress, aumentavam a hipertensão, causavam até mortes (BRANDÃO, 1982, p.52).

Segundo o autor: “retratar os fatos antes que se perdessem. Evitar que escoassem para o esgoto da história, fornecendo um alibi ao sistema duro e desumano que imperava sobre o Brasil” (BRANDÃO, 1994, p. 178).

O viés deste capítulo sugeriu a literatura e especificamente a narrativa de *Não verás país nenhum* como forma de contestação e crítica social e a busca de dar visão às reflexões e inquietações ocultas do autor sobre a história oficial, um questionamento e releitura de acontecimentos passados por meio do discurso literário.

3.1 A CONSTRUÇÃO DE SÍMBOLOS PELA MÍDIA: VIDA E FICÇÃO

A obra *Não verás país nenhum* deve ser considerada a partir de sua dimensão política na medida em que foi escrita em um período ditatorial e de cerceamento de liberdades e coloca em evidência, mesmo que de forma exagerada, as inquietações e percepções de sua época (VIEIRA, 2010).

Governos totalitários, em especial o brasileiro da década de 1970, utilizam-se da censura e da manipulação da informação para evitar a divulgação de ideias contrárias e dissonantes de seus projetos políticos,

Neste sentido, a censura é, ao mesmo tempo, ruptura e criação. Ao romper e dissolver uma ideia, impedindo sua afirmação, a censura atua naquilo que substituirá, propagandeando uma nova concepção complacente aos seus modelos [...]. (VIEIRA, 2010, p. 4)

A construção de símbolos é uma ferramenta eficaz para a congregação de juízos, para despertar a afetividade e a expectativa de um povo e reuni-lo em torno de ideais maiores. Na ficção de Brandão, o desmatamento assume a condição de mito de progresso e se ampara na “falação do governo”, como apontado por Brandão na seguinte frase: “[...] A falação foi uma característica que os Esquemas souberam capitalizar, introduzindo na psicologia popular. [...]” (BRANDÃO, 2008, p. 343). Da mesma forma, podemos entender a rodovia Transamazônica como um símbolo construído durante a ditadura militar com o objetivo de dar visibilidade ao governo e conquistar a adesão da população, por vias emotivas, em torno de um sentimento e objetivo nacional.

As analogias constantes de *Não verás país nenhum* com a realidade chamam atenção ao esforço de mobilizar o imaginário coletivo da população brasileira em torno do mito do 'Brasil grande' e de nosso 'destino manifesto' ao gigantismo. Sob o discurso de desenvolvimento e visibilidade internacional da grandeza do país, Brandão expõe um Brasil que dizimou seus recursos naturais para construir estradas, marquises e grandes indústrias.

Assim como na década de 1970, a ficção apresenta um governo, intitulado de Esquema, que buscou sua expansão por meio de um programa de extensa exploração e desmatamento. Os grandes projetos apresentados no livro mostram o mesmo objetivo que os presidentes-coronéis tinham ao propor a construção de obras faraônicas: o direcionamento do país rumo ao progresso e a eliminação de obstáculos.

A Transamazônica mobilizou mentalidades durante toda sua construção. E o desmatamento na região se instaurou sob a justificativa de desbravar o inferno verde, expandir o desenvolvimento para regiões isoladas e unir os esforços para o progresso do Brasil. Um dos signos mais fortes agregados à Transamazônica foi o domínio do homem sobre a natureza e o entendimento de que a floresta era um entrave à civilização. Para mensurar este fato, chama-se atenção para o episódio divulgado na Folha de São Paulo sobre a comemoração de implantação do marco inicial da rodovia, quando "o presidente Médici dirigiu-se até o centro da clareira, onde viu e aplaudiu a operação de derrubada de uma árvore de 50 metros de altura por um grande trator" (MEDICI..., 1970, p. 3) como símbolo da destruição de obstáculos ao progresso.

A obra de ficção é marcada por um acontecimento semelhante. Em *Não verás país nenhum*, a derrubada de áreas verdes foi institucionalizada com pretextos comerciais. Neste futuro apocalíptico, o Brasil não possui mais recursos naturais saudáveis, o solo se tornou infértil e a comida passou a ser produzida em laboratório. Porém, tal fato foi apontado pela mídia como sinônimo de desenvolvimento e motivo de orgulho patriótico que ajudou na consolidação do símbolo do desmatamento como progresso, como pode ser verificado na apresentação do curta-metragem *Corte Final* em rede nacional:

Todos porém sabem a importância histórica deste curta-metragem [...] O *Corte Final* foi um pequeno filme, desprezioso, mal feito, mas que no entanto favoreceu a queda da elite que formou a Era da Grande Locupletação, possibilitando os primeiros passos para

a instalação do atual Esquema. Que, como todos sentem, resolveu os graves problemas internos e externos deste país. Veja agora, a cerimônia do corte da última árvore do Brasil, na pequena vila de Santa Úrsula. (BRANDÃO, 2008, p. 167)

Realizando a seleção e ênfase de notícias, a mídia é responsável pela propagação de mitos e pela estruturação de sentidos comuns. Beal (2010, p. 261) aponta que a construção das grandes obras públicas durante a ditadura militar no Brasil teve o intuito de edificar monumentos que dessem corpo a ideia do gigantismo brasileiro e de sua vocação para a modernidade e futuro. Em reportagem da Revista Manchete, fica clara a promoção da vocação da Transamazônica como símbolo do progresso e da civilização: “O projeto da Transamazônica obriga o antigo inferno verde a recuar, coloca postos avançados de civilização nos lugares mais remotos”. (MANCHETE, 1971, p. 94 apud OLIVEIRA NETO, 2007, p. 114)

O mesmo ocorre em *Não verás país nenhum* no discurso do jornalista que anunciou a desertificação da Amazônia como o surgimento de uma das grandes maravilhas do mundo, dizendo que “A partir de hoje [...] contamos também com um deserto maravilhoso, centenas de vezes maior que o Saara, mais belo. Magnífico. Estamos comunicando ao mundo a nona maravilha.” (BRANDÃO, 2008, p. 65).

Os trechos do livro e de notícias da grande mídia brasileira mostram a tentativa de legitimar o regime militar e o Esquema, respectivamente. Nesse sentido é possível afirmar que o desmatamento, em *Não verás país nenhum*, e a Transamazônica, na ditadura militar, estão fortemente relacionadas a uma mobilização para provar o caráter modernizador destes governos e legitimar o sacrifício de recursos financeiros e naturais do país. O desmatamento desenfreado e a exploração da floresta Amazônica, no livro, e a Transamazônica, no Brasil da década de 1970, se tornaram símbolos de um governo bem-sucedido graças à atuação da mídia que divulgou positivamente a importância dos projetos. Com a exploração constante destes símbolos, a mídia permitiu sua legitimação e a dos governos que os construíram. Propagou, então, mitos de progresso e civilidade que foram incorporados ao imaginário coletivo da população, como pode se notar pelo tom de resignação da conversa de Souza e Tadeu:

— O Esquema era inteligente. Negava, negava, e agia ocultamente. Quando se viu, estavam no chão 250 milhões de hectares de florestas. Como nunca mais há de haver outra. Tudo no chão. — E continuamos endividados. — Mas ganhamos a Nona Maravilha. (BRANDÃO, 2008, p.107).

Sendo assim, podemos concluir que o mito do 'Brasil grande' também está presente na obra de Brandão e que é o resultado de uma construção midiática aliada a interesses políticos. A busca por civilidade e progresso é dirigida em direção a uma expectativa populacional e se consagra, enfim, em mito no imaginário coletivo.

4 CONCLUSÃO

Considerada uma obra de resistência, *Não verás país nenhum* destoa do discurso oficial e chama atenção para os problemas de uma sociedade que vive em um regime ditatorial. Brandão faz uma analogia entre o Esquema e o governo militar e destaca a manipulação da informação e do papel da mídia para legitimar governos e transmitir seus projetos políticos.

Assim como ocorreu na década de 1970, o governo se apoiou no discurso midiático para transmitir seus ideais e para propagar símbolos que consagrassem sua grandiosidade. Tanto na ficção quanto na realidade, o mito do 'Brasil grande' foi propagado pelos veículos de informação e teve um papel central na formação da mentalidade coletiva.

A escolha de enfoque e de notícias, mascarada por uma suposta neutralidade, permitiu a criação de verdades sociais que foram incorporadas facilmente pelo imaginário coletivo. Sendo assim, procurou-se comparar eventos do livro com o do contexto militar da década de 1970 para demonstrar a centralidade da mídia na construção de símbolos e por consequência, do imaginário coletivo.

Por meio da relação entre a edificação da Transamazônica e o desmatamento na obra, foi possível concluir que a mídia propagou mitos criados pelo governo que foram incorporados pela mentalidade coletiva para justificar o progresso através do domínio da natureza, sua exploração, e muitas vezes seu esgotamento.

REFERÊNCIAS

BEAL, Sophia. Obras públicas monumentais, ficção e o regime militar no Brasil (1964-1985). **Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, 2010. p. 259-280. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero04/sophia.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2016.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Literatura e Resistência. In: SONOWSKI, Saul; SCHATZ, Jorge (Org.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo, EDUSP, 1994.

BRESCIANI, Maria Stella. O literato, o cronista e o urbanista: imagens de São Paulo nos anos 1910-1920. In: Sandra Jatahy (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos**: Leituras de História Cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11052004-103058/>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro**: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2510/1/2007_FernandoDominienceMenezes.PDF>. Acesso em: 12 mai. 2016.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovia Transamazônica: falência de um grande projeto geopolítico. **Revista Geonorte**, Amazonas, v. 7, n.1, 2013. p. 282-298 Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/viewFile/1166/1057>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

VIEIRA, Vera Lúcia Silva. **Literatura e Política**: A Escrita como Exercício da Indignação na obra de Ignácio de Loyola Brandão. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vera%20L%FAcia%20Silva%20Vieira.pdf>

Medici implanta na selva marco inicial da Transamazônica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 15091, p. 3, 10 out. 1970. Primeiro Caderno.